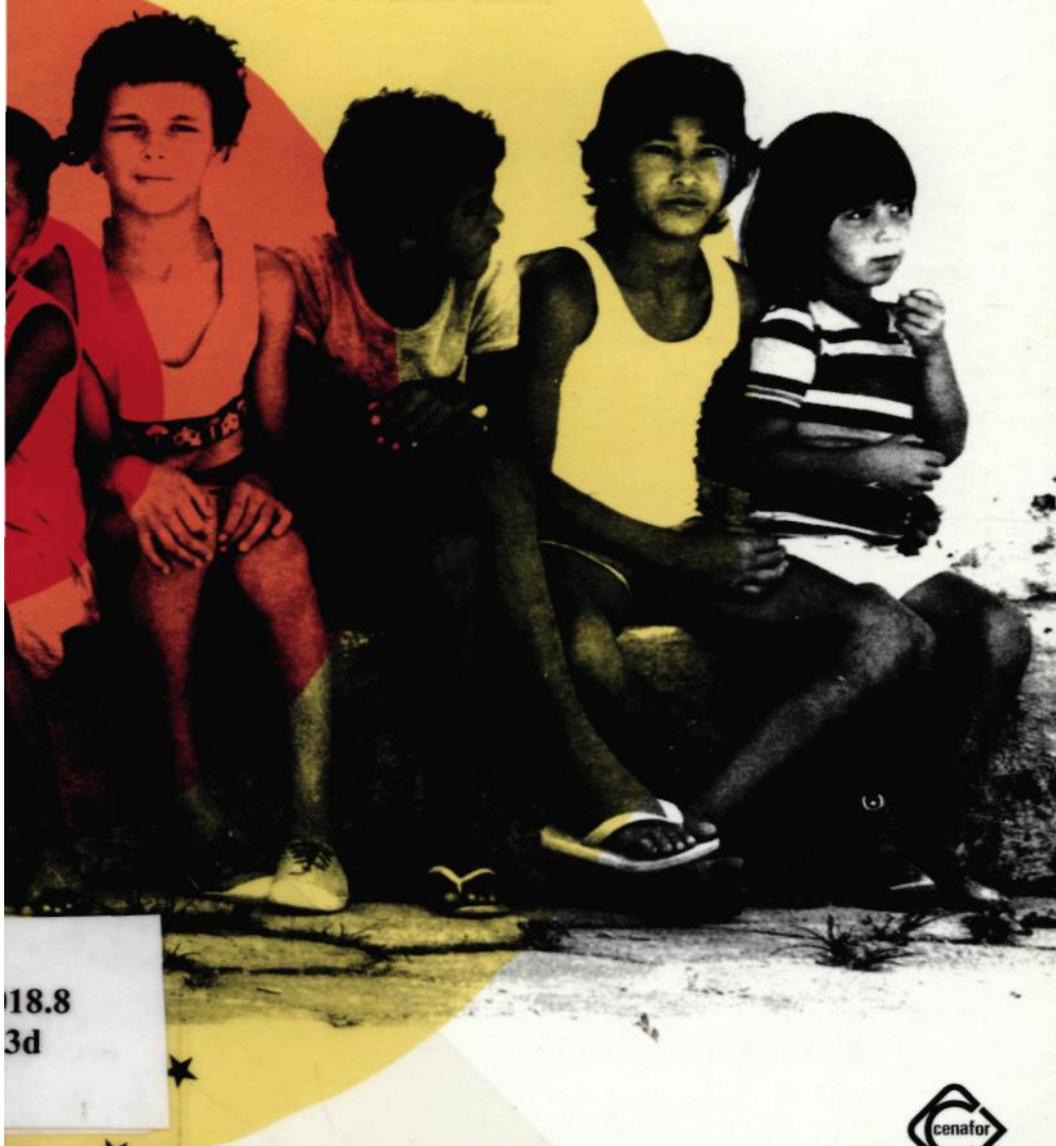


CIBEC/INEP



B0003121

DIA NACIONAL DE DEBATE SOBRE
EDUCAÇÃO
(SÍNTESE E PERSPECTIVAS)



18.8
3d



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República
José Sarney

Ministro da Educação **Jorge
Konder Bornhausen**

Secretário Geral
Aloísio de Guimarães Sotero

Secretário de Ensino de 1 ° e 2º graus
Júlio Fernando Pessoa Correia

Diretor Executivo do CENAfor
Décio Moreira

Diretora Adjunta da CENAfor **Lia
Rosenberg**



DIA NACIONAL DE DEBATE SOBRE
EDUCAÇÃO
(SÍNTESE E PERSPECTIVAS)



CATALOGAÇÃO NA FONTE: CORDI/SIEFOR

M665d Brasil. Ministério da Educação
Dia nacional de debate sobre
educação: síntese e perspectivas.
-São Paulo: CENAFOR, 1986.
55 p.

1. Educação de base. 2. Política
educacional. 3. Brasil.I. Título.

CDU 37.014 (81)

1985-1ª EDIÇÃO
1986 -1ª EDIÇÃO - 1ª REIMPRESSÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MEC/INEP
SIBE - CIBEC

DIA NACIONAL DE DEBATE SOBRE
EDUCAÇÃO
(SÍNTESE E PERSPECTIVAS)

FUNDAÇÃO CENAFOR
1986



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Permitida a reprodução desde que citada a fonte

1ª Edição-1985
1ª Reimpressão - 1986



Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal
para a Formação Profissional - CENAFOR

Rua Rodolfo Miranda, 636 - Bom Retiro
CEP 01121 - São Paulo - SP - Brasil
End. Telegráfico "CENAFOR"
Tel: (011) 228-1922 Telex (011) 30367 EDUC BR

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

*Produzido pelo MEC, este relatório contém contribuições e depoimentos gerados pelas várias instituições oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo que se ocupam da temática educacional, nos níveis local, regional e nacional, por inúmeras instituições da Sociedade Civil que congregam comunidades representativas dos mais diversificados movimentos, Proveniência e aspirações, assim como pais, alunos e indivíduos em geral que, todos, motivados pelo **Dia Nacional de Debate sobre Educação**, realizado em outubro de 1985, canalizaram aos órgãos competentes suas análises, críticas, desejos e preocupações através dos mais diferentes meios.*

É importante o registro e a circulação desse oportuno levantamento para que dele tomem conhecimento todos os educadores brasileiros.

São Paulo, Maio de 1986

SUMÁRIO

| | | | |
|--|----|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 9 | | |
| CONSTRUIR A NOVA REPÚBLICA NA EDUCAÇÃO | 11 | | |
| CONFERINDO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA | 15 | | |
| Mais escolas | 17 | | |
| | | Mais escolas de melhor qualidade | 18 |
| | | Assistência ao estudante | 21 |
| | | Integração com outros organismos | 22 |
| | | Extensão da escolaridade obrigatória | 23 |
| | | Educação de adultos | 23 |
| | | Escola e trabalho | 24 |
| | | Educação na zona rural | 26 |
| | | Educação especial | 27 |
| Melhor qualidade | 29 | | |
| | | O currículo e o livro didático | 31 |
| | | A função da escola | 32 |
| | | O investimento no professor | 33 |
| Mais verbas e participação | 36 | | |
| | | Por uma administração eficiente e democrática | 36 |
| | | A participação na vida da escola | 38 |
| | | Gestão das verbas | 40 |
| | | A municipalização do ensino | 43 |
| É PRECISO UMA RESPOSTA | 45 | | |
| COMPROMISSO COMO DESAFIO | 51 | | |

APRESENTAÇÃO

O compromisso maior do Governo da Nova República, em resposta aos anseios da Nação, é a construção da democracia e a promoção do desenvolvimento social. Esse compromisso se caracteriza, fundamentalmente, pela vontade política de assegurar a todos a plenitude de direitos inerentes a uma sociedade igualitária.

Nesse contexto, a educação brasileira terá que ser tratada em sua dimensão político-social, sob a égide dos princípios da democratização, participação e descentralização, garantindo a todos um ensino de qualidade, fator essencial à consolidação da democracia.

Buscando conferir maior legitimidade e conteúdo ao seu programa, o Ministério da Educação fez realizar, juntamente com as secretarias de Educação de todas as unidades da Federação, no dia 18 de setembro de 1985, o Dia Nacional de Debate sobre Educação.

O objetivo dessa iniciativa foi o de promover uma ampla mobilização envolvendo todos os segmentos da sociedade na busca de soluções para os problemas educacionais. A quase totalidade das escolas do País atendeu ao chamamento para debater sobre *"a escola que temos e a escola que queremos"*, em vista de uma educação para a mudança.

O êxito alcançado no Dia Nacional de Debate evidenciou-se não só pela adesão da imprensa escrita, falada e televisada, como também pelas centenas de telefonemas recebidos de pessoas de todas as idades e camadas sociais.

Era a sociedade brasileira refletindo e vivendo a educação.

A política educacional da Nova República delineou seus contornos na proposta de emergência expressa no conceito e no de-

envolvimento da Educação para Todos - Caminho para Mudança. Mas o I Plano Setorial de Educação da Nova República pretende resultar da mais ampla e inovadora consulta até hoje procedida no País; uma consulta a todos os educadores, escolas, comunidade, instituições e à sociedade em geral, ao longo de um dia inteiro de questionamento sobre a escola que desejamos,

O exercício salutar da crítica e da responsabilidade solidária abre um novo caminho que os educadores devem trilhar, seguros de que o processo de democratização da escola está se consolidando.

A realização do Dia Nacional de Debate foi, sem dúvida, um passo importante nesse processo. Mas as respostas que daremos, em todas as instâncias, aos questionamentos da população é que irão determinar a profundidade do nosso compromisso e a dimensão da credibilidade com que poderemos contar daqui por diante.



Construir a nova república na educação

"Despertar a consciência nacional para a importância político-social da educação."

Em 1983, a mobilização de milhares de alunos, educadores e pais em congressos estaduais de educação representou o início de uma nova maneira de se fazer política educacional. A campanha pelas eleições diretas em 1984, a eleição de um presidente civil em 1985 e a conseqüente consolidação do projeto de democratização do País exigiram que a experiência dos congressos estaduais se ampliasse por toda a Nação. Afinal, uma das condições essenciais para que a democracia brasileira se fortaleça é que os 60% dos brasileiros que não freqüentaram os bancos escolares, ou o fizeram apenas até a primeira série, tenham acesso aos instrumentos mínimos de participação social oferecidos pela escola básica.

Para enfrentar o desafio, é necessária uma mobilização de força proporcional a essa gigantesca tarefa. Assim, a 19 de agosto de 1985, o Ministro da Educação, Marco Maciel, reuniu os secretários estaduais de Educação para lançar a proposta de um dia nacional de debate sobre a educação. A iniciativa iria abrir, a todas as pessoas direta ou indiretamente ligadas ao sistema educacional brasileiro, a possibilidade de participar de um abrangente diagnóstico da educação e iniciar um diálogo sem intermediário com o Governo.

Em pouco menos de um mês, a proposta disseminou-se, com maior ou menor intensidade, pelas 27 unidades da Federação e pelos mais de quatro mil municípios brasileiros.

Os recursos empregados na divulgação do evento foram os mais diversos. Muitos estados adaptaram o material-base sobre o Dia "D" elaborado pelo Ministério da Educação, criando folhetos adequados à sua realidade. Distribuíram-se cartazes e panfletos. A grande imprensa e os jornais locais foram ativados. A tevê e o rádio levaram às mais remotas regiões do País a notícia de que a população estava sendo convocada para dizer tudo o que pensava sobre a educação nacional e propor soluções.

No dia 18 de setembro de 1985, um fato inédito ocorria: todas as 130 mil escolas do País paralisaram suas aulas e se transformaram em locais de debate, onde alunos, professores, funcionários e pais traçaram o perfil da escola que gostariam de ter, a partir da constatação das deficiências da escola concreta.

Se houve escolas onde faltou a participação da comunidade e dos alunos, esta ausência foi compensada pelo empenho de outras equipes em comprometer na discussão o maior número possível de pessoas.

A consciência do compromisso que a universidade deve ter com as grandes massas da população que a financiam, mas não chegam a usufruir dela, levou muitas instituições de 3.º Grau a se engajarem no debate.

Reuniram-se também as equipes do Ministério da Educação, os conselhos estaduais e Federal de Educação, as escolas técnicas federais, os representantes da educação especial e de educadores das comunidades indígenas, além de diversas associações de educadores.

A mobilização extrapolou, entretanto, a área especificamente educacional. O Dia "D" aconteceu também no Senado e na Câmara, nas assembléias estaduais e câmaras municipais, nas igrejas católicas, nas comunidades de base, nos templos protestantes, etc. Urnas colocadas em lugares públicos receberam milhares de sugestões e denúncias, vindas de pessoas de todas as idades e condições sociais. Das 7 horas à meia-noite, os telefones que o Ministério da Educação colocou à disposição da população não pararam de tocar, numa média de um telefonema por minuto.

Em muitas cidades brasileiras, a população invadiu as praças públicas com faixas e cartazes, discursos, protestos e banda de música. Nesse dia, a educação deixou as últimas páginas para ocupar as manchetes dos jornais.

Um dos resultados da mobilização de alguns milhões de brasileiros de Norte a Sul do País foi o levantamento exaustivo de problemas, analisados por todos os que vivem a educação. Este levantamento ficou registrado em desenhos feitos por crianças de primeira série, nos versos e letras de músicas cantadas pelos alunos mais velhos, em dramatizações, nas cartas enviadas ao Ministro da Educação, nos depoimentos, abaixo-assinados e até mesmo num bilhete que alguém de boa vontade deixou numa urna em Rondônia, junto com uma cédula de dinheiro: *"Para ajudar a educação brasileira"*.

Tudo isto, entretanto, não representa o saldo mais importante do Dia "D". O que aconteceu de novo, e pode representar um salto qualitativo, foi a participação dessa quantidade e diversidade de pessoas no diagnóstico da educação nacional; a enorme expectativa de mudança gerada a partir daí; e o compromisso firmado entre o povo e o Governo. *"Decididamente, depois deste trabalho, todos estão comprometidos com o processo de mudança."* (Maranhão.)



Conferindo a educação brasileira

"Sinto informar que a educação está muito fracassada."

(Aluno de 1º Grau do Paraná.)

MAIS ESCOLAS

"Tá tudo caindo... janelas, portas, carteiras. As escolas estão acabando. Precisa de mais escola"

(Telefonema da Bahia.)

A articulação das demandas sociais sob a forma de movimentos populares não é recente em nossa história. Ainda que fráglmente organizados, tais movimentos têm exercido papel relevante, em todo o nosso passado, na conquista de melhoria de condições de vida para os setores majoritários da sociedade brasileira, excluídos das políticas públicas do Estado e dos direitos sociais da cidadania. No bojo das reivindicações mais constantes dessa população, daquelas ligadas à própria sobrevivência da família (saúde, alimentação, habitação, segurança), surge a cobrança pelo acesso à educação básica, percebida como condição de acesso à melhoria da qualidade de vida.

Embora assegurada como direito constituinte a todos os cidadãos brasileiros, a educação básica está ainda longe de ser um benefício democraticamente estendido a toda a população. A análise dos dados de matrícula nas diferentes séries dos três graus de ensino, nas redes federal, estadual, municipal e particular revela a precoce exclusão dos alunos das classes populares. Houve, de fato, uma expressiva ampliação no atendimento dessas crianças pelo poder público ao longo dos últimos anos, como resultado da crescente pressão dos movimentos de reivindicação. Todavia, é preciso reconhecer a persistência de diversos fatores que atuam como mecanismos de seletividade social, impedindo o acesso do aluno mais pobre às séries mais avançadas da escola de 1º Grau. De todas as reclamações populares relativas à educação, a mais antiga é a que pede mais vagas na escola pública, especialmente nas séries iniciais. E ainda hoje encontramos essa reivindicação claramente expressa nos depoimentos colhidos em todas as unidades da Federação: garantia do ensino público e gratuito a toda a população de 7 a 14 anos. Assim, a dificuldade de acesso à escola começa pela defasagem entre a oferta e a demanda de vagas.

"Sr. Ministro, em minha cidade existe um problema que prejudica muito os estudantes. Existem somente duas escolas de 2º

Grau. Uma é mantida pela Prefeitura, onde funciona em um prédio de escola primária e onde o ensino é muito fraco. A outra é a particular, que oferece o melhor ensino da região. O preço é altíssimo e nem todos podem pagar. Antigamente ela funcionava com mais de mil alunos e hoje está com cento e cinqüenta." (Aluna de 2º Grau de Minas Gerais.)

"É preciso construir prédios em quantidade suficiente para cobrir o déficit escolar." (Ceará.)

Na questão do acesso, como em praticamente todas as demais, manifesta-se de forma acentuada a diversidade regional que caracteriza nosso país: em algumas unidades da Federação, esse problema está mais perto de ser resolvido, enquanto em outras ele é ainda absoluto e prioritário.

"Pode-se mesmo dizer que algumas das dificuldades ciclópicas de outras unidades federadas, como, por exemplo, o acesso à escola, o livro didático, o transporte de estudantes e a merenda, simplesmente inexistem neste território." (Território Federal de Fernando de Noronha.)

Algumas das soluções encontradas pelos sistemas estaduais para reduzir a amplitude desse entrave, agravado pela falta de verbas para construir mais escolas, não foram bem recebidas pela população. As queixas contra o número excessivo de alunos colocados numa sala de aula e as solicitações para que seja extinto o turno intermediário somam-se às reivindicações de extensão da jornada escolar, numa clara manifestação de que não se pode sacrificar a qualidade em nome da quantidade.

"... redução dos turnos de funcionamento; dois diurnos e um noturno." (São Paulo.)

"... aumentar a duração da jornada." (Espírito Santo.)

"... limitar em 30 o número de alunos por turma." (Distrito Federal.)

"... reduzir o número de alunos por turma." (Santa Catarina.)

Mais escolas de melhor qualidade

As manifestações ocorridas durante o Dia "D" compõem um quadro bastante claro e coerente, a população quer mais escolas de melhor qualidade. A discussão da garantia do acesso à es-

cola não se esgota no aspecto da oferta de vagas. Há outros ângulos a contemplar. Um deles diz respeito à localização das escolas. Diversos estados chamam a atenção para a necessidade de se levar a escola às regiões periféricas, ao interior e à zona rural. Permeia essa afirmação um amargo questionamento dos critérios eminentemente político-partidários que têm norteado a escolha dos municípios privilegiados com a construção de novas escolas. A má administração dos escassos recursos destinados à educação básica contribui para agravar ainda mais as distorções existentes.

"... unidades escolares de menor porte, com localização mais difusa e diversificada de acordo com a demanda." (Pará.)

"... ampliação da rede física escolar estadual e municipal, de forma a absorver a demanda educacional, principalmente a do ensino de 1º Grau, com a estrutura, localização e área apropriadas." (Amazonas.)

"... plano de emergência para oferta integral de vagas nas periferias urbanas." (Rio Grande do Sul.)

Ainda no que se refere às construções escolares, os depoimentos colhidos fazem claras referências à necessidade de que elas sejam planejadas com a participação de educadores e comunidade, a fim de garantir a adequação dos espaços às atividades que aí serão desenvolvidas.

".. construção de prédios com a participação de técnicos em educação no seu planejamento." (Pará.)

"... construção de prédios escolares seguindo plantas planejadas para atender necessidades e interesses nas comunidades, como em periferias urbanas e núcleos habitacionais." (Rio Grande do Sul.)

"Construção e ampliação de salas de aula de acordo com a realidade local e padrões pedagógicos." (Goiás.)

"...o espaço físico da escola deve conter diretoria, secretaria, serviço de orientação educacional, sala de reuniões, cantina, cozinha, depósito de merenda." (Amazonas.)

Entretanto, não bastam escolas bem planejadas e situadas nas regiões onde a demanda é maior: é preciso construí-las com

material de boa qualidade, equipa-las com mobiliário adequado, com o material didático necessário e ainda conservá-las em bom estado, com plena capacidade de atendimento.

"A manutenção dos prédios escolares deve se constituir em uma preocupação contínua desde a fase de planejamento, de forma a contribuir para o aproveitamento integral e permanente do prédio." (Território Federal de Roraima.)

"... mobiliário escolar adequado à faixa etária." (Distrito Federal.)

"... melhorar a qualidade das construções escolares." (Espírito Santo.)

"... mais verbas para implementação de bibliotecas e salas-ambiente." (Mato Grosso.)

"... equipar as escolas rurais com mobiliário mínimo - carteiras, mesa e cadeira do professor, quadro-de-giz e armário e as demais escolas públicas com armários, mesas, arquivos, máquinas de datilografia, bebedouros, ventiladores de teto ou de parede e geladeira." (Amazonas.)

"... lotação das escolas com todo equipamento e material necessário para sua manutenção e para o processo de ensino/aprendizagem." (Mato Grosso do Sul.)

Os depoimentos mais contundentes sobre a precariedade dos prédios escolares vieram dos próprios alunos.

"Eu gosto muito da minha escola. Mas eu queria que fosse bonita, que tivesse policiamento e que as salas fossem limpas. Eu gostaria também que fosse bem pintada, que não tivesse vidros quebrados." (Aluna de São Paulo - Município.)

"... sem condições, copa sem limpeza, fica alagado, não tem instalação elétrica, ladrões entram e roubam, os banheiros são sujos, imundos..." (Aluno do Pará.)

"(a nossa escola) necessita de muitos reparos. Se o senhor puder nos ajudar, por favor, ajude-nos. A nossa escola precisa de uma pintura nas salas de aula, nos muros e também de higiene nos banheiros." (Aluno do Paraná.)

"Nossa escola não tem condições de funcionar. Não há banheiro

*e os alunos escrevem no chão por falta de carteiras." (Telefone-
ma de Pedregal - Goiás.)*

Assistência ao estudante

Além de construir prédios escolares, equipá-los e fazer a sua manutenção, o que mais é necessário para assegurar o acesso à escola?

"A solução dos problemas educacionais passa pela minimização das desigualdades sociais, pela redução do custo social que a recessão econômica impinge à população brasileira, pelo ônus da dívida externa a ser cobrada dos que a contraíram sem o endosso da grande maioria da população brasileira." (Amazonas.)

Nesse contexto, a democratização das oportunidades educacionais inclui a oferta de serviços não-escolares, a fim de permitir que um maior número de crianças e jovens possa freqüentar a escola. A solicitação de assistência ao estudante abrange distribuição de merenda e de material didático, tratamento médico e Odontológico, transporte escolar, uniforme e concessão de bolsas de estudo.

".. merenda adequada às condições regionais, incluindo alunos do noturno." (São Paulo - Estado.)

"Merenda escolar em todos os graus e turnos, incluindo o período de férias." (Distrito Federal.)

"Reestudar a distribuição da merenda escolar para que seja dirigida às escolas como parte de um programa maior de alimentação popular". (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.)

"... fornecer material escolar, incluindo cadernos. Fornecer merenda escolar, que é inexistente ou inadequada. Dar atendimento médico e Odontológico." (Piauí.)

"Com o preço do material escolar fica muito difícil para o assalariado educar um filho." (Aluna de Minas Gerais.)

"Facilitar, a todos os alunos da rede oficial, a compra do material escolar a preços acessíveis." (Distrito Federal.)

"Distribuição de livros gratuitos não só nas 1^{as} séries como também de 5^a a 8^a." (Mato Grosso.)

"Maior aproveitamento dos produtos locais e/ou regionais." (Território Federal do Amapá.)

"Modificar a estratégia de distribuição de merenda escolar em favor de seu gerenciamento pelas próprias escolas, o que proporciona ganhos." (Rio de Janeiro.)

"... bolsas de estudo a alunos mais carentes." (Pará.)

Integração com outros organismos

De um lado, há o reconhecimento da necessidade de se oferecer assistência ao estudante. Mas, de outro, existe a convicção de que os escassos recursos destinados à educação devem ser investidos em atividades especificamente educacionais. Como resolver esse dilema?

"É preciso garantir assistência médica, odontológica, fonoaudiológica e psicológica ao aluno, porém transferindo-se essa função assistencial para outros órgãos que não os da educação." (São Paulo.)

"... garantir a distribuição dos recursos para a finalidade específica, evitando a pulverização para atividades correlatas que não se reflitam diretamente na educação." (CEE - Paraná.)

"... realizar previsão orçamentária nos setores sociais de saúde, habitação e desenvolvimento urbano para assegurar o repasse de recursos necessários às ações complementares de merenda, assistência à saúde do escolar, independente dos recursos provenientes da Emenda Calmon." (São Paulo.)

"Recuperação da verdadeira função da escola, hoje caracterizada como instituição polivalente, cujas atividades tentam suprir carências provocadas pela má distribuição de renda e não resolvidas por políticas competentes das outras áreas sociais (saúde, habitação, trabalho, previdência social, segurança pública)." (Mato Grosso do Sul.)

É preciso reconhecer a magnitude dos fatores envolvidos na so-

lução dos problemas educacionais e a exigência de buscar alternativas solidárias com outros órgãos do Governo, de modo a conferir maior visibilidade às iniciativas, mobilizando todos os setores afins, num esforço coletivo destinado a transformar o dramático panorama da educação em nosso país.

Extensão da escolaridade obrigatória

Há fortes expectativas de se avançar ainda mais na oferta de escolaridade à população. Ao mesmo tempo em que se luta para garantir, na prática, o preceito constitucional de oferecer escola a todas as crianças de 7 a 14 anos, amplos segmentos da comunidade educacional empunham a bandeira da extensão da escolaridade obrigatória.

"Garantir, através da Constituinte, a obrigatoriedade do ensino do pré-escolar ao 2º Grau." (Distrito Federal.)

"Tornar obrigatório o ensino de 2º Grau, estendendo a gratuidade até os 18 anos." (Espírito Santo.)

"Tornar obrigatório o ensino pré-escolar na faixa de 4 a 5 anos de idade." (Acre)

"Expandir o ensino supletivo." (Espírito Santo.)

Pré-escola, 2º Grau e cursos supletivos são as reivindicações que se vêm agregar à demanda por educação básica. Que o ensino regular oferecido a todo cidadão brasileiro contemple a educação pré-escolar, o 1º e o 2º Graus. Àqueles que não tiveram as condições necessárias para concluir o curso regular, a possibilidade de realizar cursos supletivos, mas considerando "o supletivo como um processo de educação e não como uma chance de escolarização". (Mato Grosso.)

Educação de adultos

A análise do problema de acesso à escola conduz à discussão de alternativas eficientes para os brasileiros que não tiveram a possibilidade de iniciar ou concluir um curso regular. Desse elenco de opções constam os cursos supletivos de 1º e 2º Graus e os programas de educação de adultos, especialmente aqueles oferecidos pelo MOBREAL.

Com relação aos cursos supletivos, há necessidade de se expandir muito mais a rede oficial, pois as vagas disponíveis são insuficientes. Além disso, é urgente remodelar esses cursos e estabelecer padrões mais rígidos de fiscalização de seu funcionamento:

"Possibilitar o atendimento pela modalidade supletiva a regiões de difícil acesso e expandir a sua oferta em estabelecimentos prisionais, núcleos habitacionais, empresas, quartéis e outros." (Mato Grosso.)

"Desenvolver métodos e tecnologias educacionais não-formais, características da função supletiva, postos ao alcance dos grandes contingentes populacionais." (Maranhão.)

"Sensibilização dos diretores para integração de todas as ações supletivo-regular, considerando o contexto da escola como um todo." (Alagoas.)

Os programas de alfabetização de adultos coordenados pelo MOBREAL refletem a mesma problemática dos outros níveis de ensino: má remuneração dos professores, proposta pedagógica inadequada à clientela, falta de articulação com outros programas, instalações físicas precárias e mal conservadas, número insuficiente de salas de aula.

"Pagamento de salários mais justos aos professores do MOBREAL." (Mato Grosso.)

"Reformular a política educacional do MOBREAL, reestruturar sua programação." (Paraíba.)

"Renovar as estratégias do MOBREAL para alfabetizar de fato as pessoas." (Ceará.)

"Mudar a política de seleção do alfabetizador do MOBREAL, para contar com pessoas especializadas que possam compreender o analfabeto." (Sergipe.)

"Número insuficiente de escolas, instalações mal conservadas." (MOBREAL, Amazonas.)

Embora reconhecendo que as ações de suplência revelam a ineficácia do sistema regular de ensino, e que têm, portanto, um caráter de emergência, devendo ser gradativamente substituí-

das por medidas concretas que democratizem o ensino regular, os relatórios reforçam a necessidade da oferta desse tipo de alternativa nas diversas regiões do País.

Escola e trabalho

Ainda na questão do acesso à escola, muitos depoimentos chamam a atenção para as dificuldades do jovem trabalhador em prosseguir seus estudos.

"Cumprimento das leis que regem os menores trabalhadores que estudam." (São Paulo - Estado.)

"Legislação que facilite a permanência na escola de trabalhadores com baixa renda." (Pará.)

"Fiscalizar as empresas para garantir acesso à escola ao menor trabalhador." (Espírito Santo.)

Dentre as propostas para facilitar a conciliação entre escola e trabalho destacam-se aquelas relativas aos cursos noturnos.

"Redistribuição da carga horária semanal dos cursos noturnos." (Espírito Santo.)

"Reestruturação técnica, administrativa e pedagógica do período noturno." (São Paulo - Estado.)

"Reduzir o horário escolar do noturno, aumentando o período de duração de 3 para 4 anos." (Amazonas.)

"Reorganização dos cursos noturnos." (Sergipe.)

"Diferenciar o currículo do diurno e do noturno." (Acre.)

"Estimular plano de trabalho para sensibilizar os alunos do curso noturno." (Distrito Federal.)

"Garantia da existência do período noturno, com as reformulações necessárias no currículo e no seu funcionamento." (São Paulo.)

Uma política que busque assegurar o acesso à escola a toda a população deverá levar em conta as características e necessi-

dades da clientela. Se um grande número de jovens em nosso país é obrigado a ingressar precocemente no mercado de trabalho, é preciso elaborar uma proposta educacional compatível com essa realidade. A ampliação da oferta de vagas nos cursos noturnos, em atendimento à demanda, deverá ser acompanhada de medidas administrativas e pedagógicas que transformem esses cursos em alternativas atraentes e de boa qualidade para os jovens trabalhadores.

Educação na zona rural

Todas as propostas apresentadas até este momento - mais vagas, melhores construções escolares, distribuição criteriosa das escolas pelas regiões mais necessitadas, equipamento e preservação das escolas, assistência ao educando, extensão da escolaridade obrigatória do pré ao 2º Grau, reformulação dos cursos noturnos, ampliação da rede de cursos supletivos, compatibilização entre escola e trabalho - refletem as principais distorções de acesso à escola nas regiões urbanas. Mas o problema das zonas rurais também é bastante complexo e desafiador.

"A reformulação no sistema agrário do País, em fase de estudos pelo Governo, terá repercussões profundas na educação rural, uma vez que estimulará o mercado de trabalho nestas regiões e demandará a ampliação das oportunidades educacionais. Existe uma íntima relação entre a reformulação de uma política agrária e as questões educacionais do meio rural." (Distrito Federal.)

"Criar uma política educativa para o ensino da zona rural." (Acre.)

"Extinção de classes multisseriadas." (Rio Grande do Sul.)

"Criar escolas de 1º grau completo, com transporte escolar." (Espírito Santo.)

"Revisão no programa e funcionamento das escolas da zona rural, com acréscimo de atividades adequadas ao meio." (Faculdade de Filosofia de Boa Esperança - Minas Gerais.)

"Pagar um salário mínimo ao professor rural. Implementar o estatuto do magistério na zona rural." (Ceará.)

"Organização e adequação do calendário escolar ao período de plantio e colheita." (Espírito Santo e Paraíba.)

"Estabelecer uma política de expansão do ensino de 1º e 2º Graus na zona rural." (Santa Catarina.)

"Maior acompanhamento, por parte dos órgãos competentes, da aplicação dos recursos destinados à educação, visando ao cumprimento da política educacional ao nível local." (Território Federal do Amapá.)

"O currículo rural terá os conteúdos mínimos do saber universal para que o educando possa se sentir parte integrante da sociedade brasileira, bem como a incorporação da cultura e expressão popular como conteúdos da ação educativa." (Bahia.)

Oferecer educação para todos significa implantar uma política educacional que dê conta das múltiplas diversidades sócio-econômico-culturais do País. Nesse projeto deverão ser incluídos todos os brasileiros, da cidade e do campo, mediante a oferta do ensino regular, dos cursos supletivos e dos programas de educação de adultos.

Educação especial

Nessa perspectiva, também se impõe uma revisão crítica dos padrões em que se vem desenvolvendo o atendimento aos alunos deficientes, a nossa maltratada e inexistente educação especial.

"Garantir o cumprimento das disposições legais que favorecem os deficientes em relação à educação, ao trabalho e aos transportes." (Ceará.)

"Expansão e melhoria do atendimento em educação especial." (Amazonas.)

"Rever procedimentos de diagnósticos dos alunos." (Distrito Federal.)

"Destinar maiores recursos para a educação especial." (Paraíba.)

"Melhorar o atendimento educacional para os excepcionais." (Santa Catarina.)

Os debates realizados durante o dia "D" ajudaram a desenhar um perfil bastante fidedigno da nossa situação educacional. E

nesse desenho está claro que ainda não superamos as dificuldades quantitativas do sistema escolar. Contudo, sabemos que quantidade e qualidade não constituem uma dicotomia em educação. Ao contrário, há uma forte associação entre ambas. Se conseguirmos melhorar a eficiência da escola pública, promovendo a melhoria de sua qualidade e, dessa forma, assegurando um fluxo mais produtivo estaremos dando um grande passo para minimizar o problema da falta de vagas para as crianças de 7 a 14 anos. As vagas hoje existentes seriam praticamente suficientes para atender à demanda do 1º Grau, mas, com os obstáculos ao percurso e os elevados índices de retenção de alunos nas séries iniciais, uma vaga é ocupada durante 2, 3, 4 anos por um mesmo aluno.

Investir na melhoria da qualidade do ensino, enfrentando os diversos problemas relacionados, é condição indispensável para que um projeto de democratização da educação básica conquiste a credibilidade da população.

MELHOR QUALIDADE

"As nossas escolas não preparam para a vida, sendo o aluno considerado objeto do processo ensino/aprendizagem e, como tal, recebe uma educação alienada, alienante e burocratizada."

(Pernambuco.)

A efetiva democratização das oportunidades educacionais não se traduz apenas na expansão do número de vagas. Este aumento deve ser acompanhado da melhoria da qualidade do ensino, resultando em prolongamento do tempo de permanência do aluno no sistema de ensino. O fracasso escolar, que atinge com especial violência os mais pobres, exprime-se não só através das elevadas taxas de evasão e repetência no Primeiro Grau, mas também pelo fato de que alunos aprovados não dominam os conteúdos necessários à sua participação social e à continuidade dos estudos. Assim, de todos os cantos do Brasil, surgiram propostas de medidas para que a escola, além de farta, seja a melhor possível. Estas medidas incluem desde alterações no sistema de avaliação e no currículo até a valorização do professor.

"Que seja aumentada a carga horária de Português e Matemática." (Rio Grande do Norte.)

"Onde está, Senhor Ministro, a antiga disciplina de nossas escolas? Onde está aquele aluno que há tempos era aprovado e realmente sabia?" (Aluno de Minas Gerais.)

"Na verdade, estamos tirando pouco proveito de nosso ensino. O professor está dando muita liberdade dentro da sala e deixando o aluno fazer o que quer." (Alunas de 2º Grau de Minas Gerais.)

Estes alunos não estão defendendo a supressão da liberdade - já pequena - que existe em nossas escolas. Defendem, isto sim, seu direito de acesso ao conhecimento. Por trás de suas afirmações, há o reconhecimento de que a apropriação dos conteúdos, até agora privilégio das elites, exige esforço e disciplina intelectual. A metodologia do espontaneísmo, muitas vezes disfarçada sob rótulos atraentes como "*não-diretívismo*" e "*respeito à liberdade do aluno*", prejudica os jovens das camadas populares, que não trazem de casa, como os filhos das classes média e alta, os pré-requisitos necessários à aprendizagem das diferentes áreas do currículo.

"... resgate da escola, em relação aos conteúdos, numa perspectiva crítica e criativa, viabilizando a escola que queremos, evitando a evasão, a repetência e a aprendizagem inútil." (Goiás.)

A preocupação implícita na afirmação de que *"É preciso retornar à pedagogia tradicional"* (Ceará) é expressa logo em seguida no mesmo relatório: *"Corpo técnico, docente e discente devem assumir o trabalho escolar com mais seriedade"*. O que se deseja não é um retorno ao passado, à escola elitista e acrítica, mas, sim, que se leve a sério a educação, para que o processo de ensino-aprendizagem não se transforme num jogo de faz-de-conta.

Talvez seja esta a motivação subjacente à proposta contida, em relatórios de alguns estados, de que se eleve a média de pontos exigidos para aprovação (de 5,0 para 7,0 pontos). Esta solicitação, que iria tornar a escola ainda mais seletiva e discriminatória, reflete a perplexidade dos educadores diante da constatação de que mesmo os alunos aprovados não demonstram um aproveitamento suficiente. Este fato desvenda a arbitrariedade do nosso sistema de avaliação, incapaz de realmente medir a aprendizagem do aluno, como se propõe: tanto reprovados como aprovados *"não sabem"*.

Daí ser quase unânime, nos estados, o pedido de que o sistema de avaliação seja revisto: *"... modificar o sistema de avaliação do ensino de 1º e 2º Graus, objetivando ações e critérios que incluam, além do aproveitamento escolar do aluno, uma avaliação do professor e das condições extraclasse que interferem no processo de ensino/aprendizagem."* (Amazonas.) A proposta do Amazonas parece indicar a percepção de que, ao avaliar o aluno, a escola está avaliando também sua capacidade de interagir eficientemente com as condições sócio-econômicas da clientela. Desse modo, o fracasso do aluno denuncia o fracasso da escola no desempenho de seu papel.

"O ensino brasileiro está sendo insuficiente à aprendizagem dos alunos. Deveria haver um ensino para saber, e não para obter títulos." (Aluno de 2º Grau de Minas Gerais.) Quando enfatizam mais a aquisição de títulos ou notas que a de conhecimentos vivos e verdadeiros, as atividades escolares se reduzem a meros rituais desprovidos de sentido.

O currículo e o livro didático

"Hoje em dia só os filhos de burqueses recebem ensino de boa qualidade." (Aluno de 1º Grau de São Paulo.) Para que um ensino de boa qualidade seja assegurado à maioria da população, é indispensável a existência de um currículo adequado. A insatisfação com o atual currículo reflete-se nas solicitações dos estados, de que se eliminem algumas disciplinas, incluam outras, ou se mude a forma de tratamento de algumas delas.

"A melhoria da qualidade de ensino passará também por um planejamento participativo, do qual deverá emergir a integração das disciplinas e conteúdos, inclusive da Educação Física enquanto prática educativa." (Território Federal de Roraima.)

"Integrar a Educação Física no ensino/aprendizagem, considerando o horário, as condições físicas do educando e a realidade Sócio-Cultural." (Alagoas.)

"Definir conteúdos programáticos de acordo com a realidade do aluno." (Paraíba.)

"No lugar de Educação Física devia ter mais aula de Português, pois as crianças, hoje em dia, não sabem ler e escrever direito." (Aluno de 2º Grau do Paraná.)

"Introduzir no currículo metodologia de estudo, educação sexual, problemas das regiões brasileiras, problemas brasileiros, prevenção aos tóxicos, educação para o trânsito." (Amazonas.)

As sugestões, apesar de variadas e contraditórias, são unânimes em alertar para a necessidade de que a reformulação curricular seja baseada em princípios claros e definidos. Desta forma, os sistemas de ensino não ficarão à mercê da flutuação de modismos pedagógicos que introduzem ou retiram disciplinas sem nenhum critério mais legítimo.

"Adoção de currículo adequado, com conteúdos significativos que assegurem ao aluno um 'saber universal', saber crítico como pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social." (Pernambuco.)

"A escola deve deixar os pormenores de lado e ensinar bem a ler, escrever e contar." (Rondônia.)

São reivindicações no mínimo saudáveis: a escola vem sendo sobrecarregada com uma multiplicidade de encargos sociais, quando ela ainda não consegue realizar nem mesmo sua tarefa específica de ensinar a ler, escrever, desenvolver os princípios do raciocínio matemático e científico e assegurar o domínio da história e da geografia de nosso país.

Há que *"redefinir a competência e a responsabilidade da escola."* (*Escola do Rio Grande do Sul*), para evitar que, na tentativa de assumir a gigantesca tarefa de *"formação global do educando"*, ela acabe deixando de fazer o essencial.

Além da tensão entre ampliar ou restringir a grade curricular, os depoimentos refletem a polêmica entre currículo único e currículo regionalizante. Talvez esta contradição possa ser resolvida considerando-se a realidade regional como ponto de partida do processo de aprendizagem; o ponto de chegada deve ser a aquisição de conhecimentos comuns e universais. *"Deve-se atender às características regionais e locais na elaboração do currículo, sem perder de vista os conhecimentos universais que constituem a base geral da aprendizagem. É preciso incentivar a interação entre saber sistematizado e saber local."* (*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.*)

Em relação ao livro didático ocorre a mesma polêmica. Há os que desejam unificá-lo e os que insistem em regionalizá-lo. Se a uniformização do livro didático é empobrecedora, vale a pena lembrar que livros com temática excessivamente regionalizada podem contribuir mais ainda para limitar os horizontes dos alunos e aprisioná-los no círculo restrito de sua cultura de origem.

A função da escola

Na busca da melhoria da qualidade, há também que redefinir a função da escola de Primeiro Grau enquanto instituição social.

A especificidade do papel da escola está no ensino e na formação intelectual. Sobrecarregá-la com atividades assistenciais é comprometer o desempenho de seu papel específico. Isto não significa fechar os olhos à situação de carência dos alunos, mas articular as atividades escolares às demais políticas sociais e fazer com que a função assistencial sirva para apoiar e viabilizar a função pedagógica. *"A meta é recuperar a função primordial da*

escola, ou seja, a sistematização do conhecimento, tornando-a menos assistencial e mais pedagógica." (São Paulo - Município.)

O investimento no professor

A valorização do professor em sala de aula é pré-condição da mudança qualitativa da escola. O professor é um trabalhador e, como todos os demais trabalhadores deste país, vem sofrendo as conseqüências da perda do poder aquisitivo do seu salário. Através de um longo caminho, o professor habilitado foi sendo despojado de sua dignidade até ocupar as manchetes dos jornais como "o *bóia-fria do ensino*". Quanto ao professor leigo, cujo contingente, no Nordeste, é superior ao de habilitados, este sempre sobreviveu em condições degradantes, sem recursos e totalmente submetido às arbitrariedades do poder local.

Assim, em todos os estados, a reivindicação é unânime: o professor de Primeiro Grau não pode permanecer leigo, mal preparado, recebendo salários indignos e ingressando na carreira através de apadrinhamentos.

"Que o professor assuma realmente seu trabalho profissional, resgatando, através de seu desempenho, sua credibilidade perante a comunidade." (Rondônia.)

"O professor deve respeitar mais os alunos, ser dedicado, corrigir o aluno, tirar suas dúvidas, ouvir reclamações, explicar mais de uma vez se for preciso, cumprir com suas tarefas, reconhecer suas dificuldades, não ser bruto com o aluno, estudar bem a matéria que vai ser ensinada, organizar bem as atividades, ensinar melhor." (Aluno de Minas Gerais.)

Uma das condições básicas para que este rol de deveres e atribuições possa realmente ser cumprido é a de que o professor receba uma remuneração condigna. Sabemos que grande parte dos professores brasileiros ganham menos de um salário mínimo. No Ceará, por exemplo, uma professora leiga recebe cinco mil cruzeiros por mês - cerca de 0,086 ORTN.

"Será que nós, como professoras, não temos o direito de ganhar o salário, o que vocês acham? Nós estamos preocupadas, pois essa mixaria não dá para comprar nenhum vestido. Tem delas que deixam os filhos doentes em casa para ir dar aula, tem muitas delas que compram remédio fiado para pagar no

fim do mês, e às vezes ficam devendo porque o dinheiro não dá para pagar. Olha, espero ajuda de vocês." (Carta de Mundo Novo, Piauí.)

Transparece, nos relatórios recebidos, a necessidade urgente de que esta situação seja corrigida com a estipulação de um piso salarial, para os professores de todo o País, de três a cinco salários mínimos. O respeito a entidades do magistério e o incentivo à organização sindical dos professores, solicitação de muitos estados, poderão contribuir para que os direitos do professor enquanto trabalhador não sejam desrespeitados.

Todavia, o aumento salarial não é suficiente para que o professor recupere a sua dignidade. É preciso investir em sua capacitação profissional através de cursos, treinamentos descentralizados, apoio técnico adequado às suas reais necessidades. Alguns relatórios sugerem que as universidades públicas se abram aos professores, para que eles aí possam encontrar oportunidade de se aperfeiçoar. *"Como exigir do professor um bom preparo, se ele não tem condições de fazer um curso?" (Aluno de Minas Gerais.)*

Todas estas medidas são paliativas, pois visam a suprir a formação inadequada do professor; a longo prazo, esta situação só poderá ser corrigida através da universalização do ensino de Segundo Grau, com ênfase aos cursos de habilitação para o magistério, onde são preparados os professores de Primeiro Grau. A revitalização destes cursos e sua implantação nas comunidades onde ainda não existem é um pedido reiterado por todos os estados brasileiros.

A universidade também desempenha um papel importante na melhoria da qualidade do ensino de Primeiro e Segundo Graus. Este fato é destacado em inúmeros relatórios que cobram da universidade uma maior articulação com os outros níveis de ensino, *"preparando os alunos do 3.º Grau para uma atuação eficaz no magistério de 1º e 2º Graus. A área de formação pedagógica do ensino universitário - licenciatura e cursos de Pedagogia - deve ser reformulada para que se possa adequar às reais exigências da realidade educacional brasileira". (Distrito Federal.)*

Além de salários dignos e formação adequada, uma outra condição de valorização do professor, insistentemente citada por educadores e população, é a existência de uma estrutura de carreira de magistério que incentive o aperfeiçoamento profissional constante da categoria, valorizando também o tempo de servi-

ço, a experiência profissional e os serviços prestados à população. O ingresso nesta carreira, através de concursos públicos, é indispensável para que os professores se libertem dos vínculos clientelistas que impedem o exercício da crítica e o desenvolvimento de uma ação autônoma.

"Que os professores tenham competência técnica e compromisso." (Mato Grosso.)

É impossível pensar em mudanças qualitativas sem a existência de um professor competente, que domine os conteúdos a serem transmitidos e as formas de estabelecer ligações entre estes conteúdos e a realidade do aluno. Para isso, ele deve ter acesso a uma boa formação, incentivos à progressão funcional e salários adequados. Mas, acima de tudo, deve assumir um compromisso efetivo com os alunos da maioria da população, a quem vem sendo sistematicamente negado o direito constitucional à educação básica.

MAIS VERBAS E PARTICIPAÇÃO

"Nós ficamos sabendo que haverá uma verba para a educação. Nós queremos que venha para as escolas públicas."

(Aluno de 1 ° Grau do Paraná.)

As preocupações relatadas, os problemas apontados e as medidas sugeridas para a melhoria da educação brasileira retratam, de um lado, a percepção indignada da população de que a educação vai mal e de que isto se relaciona fortemente com a insuficiência de verbas e com a aplicação inadequada daquelas existentes. Por outro lado, as reivindicações e sugestões traduzem claramente uma exigência de participação no equacionamento dos problemas educacionais.

A insatisfação diante de uma máquina administrativa imobilista se faz presente no teor das propostas. A interferência da política miúda na vida da escola, a obrigação de repetir rotinas ineficazes acabam por desgastar o trabalho do educador, criando uma imagem desacreditada da educação para a maior parte da sociedade brasileira.

Por uma administração eficiente e democrática

O diagnóstico elaborado pelos participantes dos debates é realista e propõe mudanças até de algumas rotinas aparentemente simples. No entanto, as propostas acabam por atingir níveis importantes que integram o funcionamento dos órgãos públicos. Torna-se necessário:

"Demitir os funcionários-fantasmas que sobrecarregam a folha de pagamento e não contribuem com a educação." (Piauí e Ceará.)

"Zelar para que servidores não fiquem meses sem receber seus vencimentos." (Mato Grosso.)

"Preencher o quadro de pessoal das escolas." (Acre.)

"Maior rigidez e controle com os setores administrativos, evitando fraudes." (Pará.)

"Agilizar o fluxo de tramitação para melhor atender ao usuário." (Espírito Santo.)

"Aproveitar funcionários ociosos." (Ceará.)

"Oferecer treinamento aos servidores, dentro de seu setor específico, para que possam informar com precisão aos usuários do sistema." (Mato Grosso.)

"Agilizar o reconhecimento dos direitos adquiridos e eliminar documentação desnecessária." (Mato Grosso.)

As vantagens eleitorais, o clientelismo político - já apontados em outros momentos - impregnam as práticas educativas, reduzindo-as a instrumentos de barganha para a manutenção ou conquista do poder. As propostas são claras e enérgicas:

"Impedir a ingerência político-partidária nos assuntos educativos e designar professores a partir da solicitação da escola e não dos políticos." (Pará.)

"Fim da ingerência político-partidária na Educação." (Mato Grosso do Sul)

"O poder público não pode manipular dados estatísticos com finalidades políticas." (Espírito Santo.)

"Eliminar influência político-partidária em relação a assuntos de ordem técnica das secretarias de Educação." (Paraíba.)

"A política não pode interferir na formação dos quadros de professores e diretores, evitando o proselitismo partidário, pelos dirigentes, no exercício de suas funções." (Mato Grosso.)

"Extinguir a política partidária como barganha na contratação, lotação, transferência e até no trabalho do ensino público." (Ceará.)

"A classe política não deve interferir na administração da escola, favorecendo o empreguismo, o clientelismo político e o mau desempenho dos serviços educacionais." (Amazonas.)

As alternativas com vistas à eliminação dessas interferências também estão explícitas.

"Provisamento de cargos através de concurso público." (Amazonas.)

"Moralizar os concursos públicos acabando com o apadrinhamento e o empreguismo." (Acre.)

"Os cargos na área de educação, em seus diversos níveis, devem ser ocupados por educadores." (Sergipe.)

De acordo com as expectativas manifestadas em todos os documentos, a criação de uma estrutura administrativa descentralizada, flexível e eficiente é pré-requisito para a realização de um trabalho pedagógico competente.

A participação na vida da escola, a descentralização dos mecanismos de decisão e de recursos que poderiam contribuir para a construção de uma escola voltada para os interesses da maioria encontram barreiras nos interesses político-partidários mais imediatos.

"Participação de professores, especialistas e representantes de órgãos de classe no exercício efetivo de suas funções, nos conselhos estaduais e Federal de Educação." (Rio Grande do Sul.)

A transformação dos vários segmentos da sociedade brasileira em instâncias fiscalizadoras de políticas públicas enfeixa, assim, as propostas, já que *"a escola é constituída e funciona com os recursos do povo." (Pará.)*

A participação na vida da escola

Maior participação nas decisões que dizem respeito à educação em todos os seus níveis exprime, em vários momentos dos debates, a grande expectativa de professores, alunos, pais, técnicos e associações.

Essa participação se desdobra em vários níveis. Ela tem seu início na escola, caracterizada como instituição impermeável às necessidades da população e pouco sensível às suas demandas. É sob esse ponto de vista que aparece a reivindicação por uma escola aberta, entrosada com a comunidade.

"O sujeito da educação é a comunidade. A sociedade não foi ouvida durante muito tempo, não tendo como expressar sua opinião." (Pais de Minas Gerais.)

"Os caminhos da escola deveriam ser escolhidos pela comunidade interessada, que, através de representantes de seus segmentos, poderia levar sugestões e respostas para os problemas sociais e educacionais dentro de sua própria comunidade." (Alunos de Minas Gerais.)

"Quem deve escolher os caminhos da escola são os pais, alunos, funcionários e professores, num processo onde todos participam, cada um opinando dentro da sua função sem interferir na área em que o outro é mais capaz." (Alunos de Minas Gerais.)

O que é preciso fazer para tornar a escola mais participativa? De um lado, sensibilizar a população: *"Maior comprometimento das associações de moradores e outras lideranças locais com a educação." (Mato Grosso.)*

"Levar a população a reconhecer sua força como mecanismo que proporciona mudanças." (Paraíba.)

"Incentivar a participação dos pais nas reuniões de pais e mestres e na vida escolar de seus filhos." (Ceará.)

De outra parte, devem ser criadas condições no âmbito da unidade escolar para que a participação reivindicada conduza a uma verdadeira democratização das decisões.

Os caminhos foram apontados:

"Participação dos alunos nos conselhos de Educação." (Rio Grande do Norte.)

"Dinamização e reformulação dos centros cívicos." (Sergipe.)

"Participação dos alunos na elaboração de regimentos escolares." (Território Federal do Amapá.)

"Melhor atendimento aos pais pelos diretores e outros funcionários da escola, a fim de envolver os pais na educação dos filhos." (Rio Grande do Sul.)

"Mudança no processo de escolha dos administradores escolares." (Paraíba.)

"Mutirões envolvendo a escola e a comunidade para preservação dos prédios escolares." (Mato Grosso do Sul.)

"Mobilizar os pais no sentido de fiscalizar a escola." (Ceará.)

Pesquisa em Rondônia, envolvendo 75.000 pessoas, indica que 88% dos pesquisados acreditam que os pais devem participar de todas as atividades escolares.

"Através de reuniões entre os membros da escola e da comunidade, saber o que a comunidade espera da escola e, na medida do possível, atender aos anseios da mesma. E também procurar soluções para os problemas da escola junto à comunidade." (Pais do Pará.)

"Maior dinamização dos espaços ociosos da escola, nos fins de semana, com atividades de lazer para a comunidade." (São Paulo - Município.)

"Informar a comunidade escolar da arrecadação da caixa escolar e de sua destinação, bem como da destinação de todo recurso que ingresse na unidade de ensino"; "prestar contas à comunidade do uso dos recursos." (Paraíba e Sergipe.)

Por essas razões, *"as contribuições para as APMs devem ser voluntárias e não através de pressões e ameaças." (Telefonema MEC - Brasília.)*

Os relatos das discussões realizadas no Dia "D" apontam também para a necessidade de agilização do processo de envio de verbas às escolas: *"desburocratização nos repasses financeiros para que os recursos sejam enviados diretamente à escola"; "verbas enviadas às escolas em tempo hábil"; "os recursos não devem ficar retidos nas administrações central e intermediária, em detrimento da escola." (Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Piauí.)*

Reivindica-se maior autonomia das escolas na utilização das verbas para a educação: *"autonomia na gerência de verbas pelas escolas"; "liberação de verbas às unidades escolares para despesas de manutenção"; "repasse e gestão de recursos para escola e comunidade." (Unidades de Escola Técnica Federal em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará).*

Gestão das verbas

A participação de todos na gestão da educação visa a torná-la mais democrática. Porém, esta participação não poderá atingir seu objetivo se ficar restrita ao âmbito da escola. É preciso estendê-la a outras esferas mais amplas da administração educacional. A essas instâncias decisórias compete a criação de canais que garantam à população a possibilidade de encaminhar suas propostas sem os entraves da máquina burocrática que, em geral, fragmentam e esvaziam o conteúdo substantivo das manifestações da sociedade.

Os anseios de participação da comunidade atingem o cerne dos problemas educacionais: a definição de prioridades e a fiscalização na aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

A democratização do ensino, compreendida como a garantia de efetivas condições de aprendizagem a toda a população, exige recursos para a implementação de medidas que assegurem o acesso e a permanência das crianças na escola. Por isso mesmo, em todos os níveis, por todos os estados, a falta de verbas mereceu críticas contundentes ao lado de manifestações de confiança na definição de uma política mais justa de distribuição desses recursos.

Reivindica-se, em primeiro lugar, o cumprimento da legislação existente. Neste sentido, as sugestões apontam para a necessidade de:

— cumprimento dos dispositivos legais já existentes relacionados à distribuição dos recursos destinados à educação;

— aplicação da Emenda Calmon (solicitada praticamente nos relatórios de todos os estados).

A exigência do cumprimento da legislação vem acompanhada, quase sempre, do reconhecimento de que os recursos atualmente previstos para a educação são insuficientes. A consciência desta insuficiência se expressa às vezes de forma dramática.

"Em nenhum momento da História do Brasil a educação foi tida e levada à prática como meta prioritária. Poucos ou quase nenhum governo não a disseram meta prioritária." (Rondônia.)

A reivindicação do aumento das verbas destinadas à educação vem acompanhada de uma preocupação com o controle e a fiscalização, pela comunidade, da aplicação desses recursos.

"Integrar a comunidade no acompanhamento da administração de recursos." (Paraná.)

"Melhor e mais rigorosa fiscalização na aplicação das verbas." (Pará.)

"Controle do cumprimento da Constituição, inclusive da Emenda Calmon, pela sociedade, através dos segmentos representativos." (São Paulo.)

"Fiscalização, tendo em vista evitar o desvio de verbas destinadas às escolas rurais." (Ceará.)

O fortalecimento de mecanismos populares de controle e fiscalização dos recursos públicos seria pré-requisito para uma participação mais efetiva. Reivindica-se *"a criação de conselhos municipais de Educação para estudo e atendimento das reais necessidades de cada comunidade."* (Rio Grande do Sul.)

Mas a expectativa da população não se restringe ao acompanhamento da aplicação dos recursos, incluindo também a definição das prioridades a contemplar no orçamento da União e dos estados: escola pública e Primeiro Grau são os itens a privilegiar numa proposta de democratização.

"Conceder prioridade ao ensino público." (Sergipe.)

"Aplicar os recursos para educação apenas na rede pública. Cortar o apoio financeiro às escolas particulares, revertendo-o à rede oficial." (São Paulo.)

"Acabar com a cessão de recursos financeiros e concessão de bolsas de estudo ao ensino particular." (Sergipe.)

"Extinção de subvenções à escola particular." (Distrito Federal.)

"É preciso colocar em primeiro plano, no ensino, a educação primária, como base fundamental de formação do aluno." (Aluna do 2º Grau do Paraná.)

1

"É preciso privilegiar, na distribuição dos recursos financeiros, a educação básica e as áreas mais carentes." (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.)

"É preciso destinar maior parcela das verbas para a educação básica." (Faculdade de Filosofia de Boa Esperança, Minas Gerais.)

Os relatórios enfatizam a necessidade de se rever o planejamento da aplicação dos recursos destinados ao ensino público: priorizar a qualidade do ensino; retirar dos orçamentos das secretarias e do Ministério da Educação as despesas relativas à merenda, esportes e atendimento médico-odontológico; fiscalizar a aplicação do salário-educação, de modo a garantir que ele cumpra suas finalidades.

Reconhecendo a insuficiência dos recursos assegurados pela legislação em vigor, os participantes dos debates sugerem que se busquem novas fontes para sua captação:

"Destinação de mais recursos provenientes do ICM para aplicação na educação dos municípios." (Mato Grosso.)

"Reforma tributária para garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos arrecadados." (São Paulo.)

"Mudança nos critérios de recolhimento do salário-educação com base no faturamento da empresa, repassando-o imediatamente aos estados e municípios. Adaptação da Emenda Calmon, com base no orçamento total e não apenas no tributário." (Sergipe.)

A municipalização do ensino

A possibilidade de uma participação mais efetiva esbarra na estrutura administrativa do sistema educacional.

Burocratizada e excessivamente centralizada, a estrutura atual impede *"maior autonomia para os estados e municípios na aplicação de recursos federais na educação." (São Paulo.)*

Assim, torna-se necessária a *"descentralização das ações educativas, dando maior autonomia aos municípios, através da re-*

forma tributária, elaboração do currículo, definição de política educacional ao nível de município e elaboração de plano de educação municipal." (Bahia.)

No âmbito das propostas de descentralização, várias unidades federadas indicam como necessária a municipalização do ensino.

Para o Estado do Amazonas, a municipalização "*deve ser acompanhada de uma estrutura organizacional e administrativa dos municípios.*"

A reivindicação também emerge de funcionários e alunos de uma escola do interior de Minas Gerais:

"Devia haver a municipalização total do ensino. O Ministério da Educação, secretarias, delegacias e Inspetorias seriam apenas assessorias, o que daria a mais de 4.000 municípios brasileiros a opção de acertar muito mais."

Contudo, a proposta de municipalização do ensino vem acompanhada da exigência de criação de pré-requisitos:

"Os municípios deverão ter estrutura básica e eficiente, de forma responsável, envolvendo a comunidade na gestão dos recursos financeiros, nas decisões administrativas e didático-pedagógicas." (Piauí.)

Por essas razões, é insuficiente decretar a municipalização; é preciso concretizá-la.

"Portanto, municipalizar o ensino significa o município assumir compromissos legais, políticos, financeiros e técnico-administrativos com a população e com o sistema sócio-econômico e educacional como um todo. O que, após cinco anos da vigência dos Decretos n.º 1.100/79 e n.º 149/80, não ocorreu, concluindo-se que não existe no estado a municipalização do ensino.

Municipalizar o ensino é nossa meta, por ser da mais elevada relevância para a sociedade, para o Estado e para a democratização do ensino, mas será feito obedecendo a um planejamento racional e à legislação vigente." (Secretário da Educação de Rondônia.)

|



É preciso uma resposta

"É preciso que o Ministério da Educação, que fez parar todo o Brasil para ouvir a sociedade, não deixe de dar uma resposta, sob pena de perder a credibilidade.

Temos a esperança de que o DEBATE não signifique o FIM, mas sim a semente de democracia, em que todos terão oportunidade de repensar a escola. É o momento de transformarmos o discurso em ação."

(Alunos e educadores do Colégio João XXIII, Minas Gerais.)

"E agora, o que vocês vão fazer com todas essas informações? Porque, se não acontecer nada, vai ser difícil mobilizar os educadores de novo."

(Telefonema de professora de Patos - Paraíba.)

A necessidade de continuidade do debate que foi aberto é vivamente apontada nos relatos enviados ao Ministério da Educação sobre os resultados da mobilização do Dia Nacional de Debate sobre Educação. A fala de alunos, pais, professores e da população em geral aparece marcada por um forte anseio de participação na definição e encaminhamento das ações educacionais, pela expectativa e vontade de interferir no processo social e pela exigência de fazer ouvir a própria voz.

Das reivindicações apresentadas emerge, pois, a necessidade urgente da ampliação dos canais já existentes e da criação de novos canais que facilitem esta participação da população e que garantam a possibilidade de debate permanente das questões educacionais em nosso país por todos os interessados.

Evidencia-se com muita clareza, além disso, uma expectativa de respostas rápidas, por parte do Governo, à mobilização ocorrida. Espera-se que as sugestões e propostas apresentadas tenham repercussão e ressonância, constituindo-se num instrumento indicador de alternativas de superação dos problemas apontados.

É sobretudo na palavra de alunos, pais, professores e da população que ganha força a exigência de respostas e de continuidade:

"O Dia 'D' da Educação marcou um compromisso irreversível entre Governo e sociedade. Ambos ficarão vigilantes nas etapas que se seguirão a este dia. A magnitude do debate do Dia D' gerou uma expectativa em cada brasileiro e, com ela, um comprometimento de dimensões incomensuráveis por parte dos governantes, a quem cabe a responsabilidade de não transformá-lo em mais um engodo nacional." (Pernambuco.)

"Torna-se necessário que o Dia 'D' não fique limitado apenas ao dia 18 de setembro de 1985, mas deverá ser transformado num contínuo processo de debates, críticas, propostas, sempre com a presença comunitária, a fim de que as decisões tomadas reflitam os anseios reais da sociedade." (Paraíba.)

"Cada estado, cada região, cada localidade deve manter-se aliada para continuar o esforço desencadeado pelo Ministério da Educação, em torno de uma ação global em que todos participem de maneira responsável." (Sergipe.)

"A comunidade escolar solicita um mínimo de seriedade na análise das proposições ora sintetizadas, facilitando o retorno das decisões tomadas a nível do sistema. A comunidade deve estar em posição de permanente cobrança de providências corretivas que deverão ser adotadas pelo Governo em decorrência das presentes proposições." (Distrito Federal.)

"De hoje em diante, os pensadores da educação brasileira não deverão realizar qualquer intervenção nessa área, sem consultar, conhecer ou cotejar os resultados apurados na temática do Dia 'D', e nenhum planejamento educacional no setor governamental ou fora dele poderá ser feito à revelia das conclusões e dos dados contidos neste trabalho." (Pará.)

"O Dia 'D' foi considerado como marco inicial e não final de um trabalho que deve ter continuidade ao longo de 85/86, retomando as discussões iniciadas em 1983, e ampliadas através da escola, em níveis de abrangência capazes de atingir toda a comunidade. Considerando-se a necessidade da continuidade do processo de discussão ao longo de todo o período que antecede a aprovação da nova Constituição, orientar-se-á a rede estadual de ensino para que inclua a questão da educação e da Constituinte no planejamento das atividades curriculares das escolas." (São Paulo.)

"Ao Ministério da Educação cabe a responsabilidade de não somente levantar mais uma expectativa, tomando o Dia 'D' como um evento, mas acima de tudo de dar uma resposta à comunidade. É nosso parecer que a reflexão não deve ser limitada ao Dia Nacional de Debate, mas que este marque o início de um contínuo e efetivo trabalho voltado para a melhoria da qualidade da educação adequada às necessidades brasileiras." (Rio Grande do Sul.)

"Solicitamos brevidade na tramitação dos relatórios das nossas propostas e esclarecimentos convincentes às nossas colocações e anseios." (Paraná.)

"O povo rondoniense pede que o relatório seja analisado e as respostas traduzidas e concretizadas em mais recursos, mais eficiência e eficácia, permitindo ao sistema empreender as transformações que darão novos rumos à educação, respondendo positivamente aos anseios de todos no que se espera da escola." (Rondônia.)

"Há necessidade da sensibilização dos órgãos governamentais para a questão da educação no Brasil, para que as conclusões do Dia 'D' não sejam apenas mais um rol de reivindicações, mas sim um instrumento revelador da situação educacional no País e indicador de soluções efetivas para a mudança desse quadro.

A escola e a comunidade paranaense pedem prioridade para a educação no Brasil, em todos os seus aspectos." (Paraná.)

Na exigência de ser ouvida e obter respostas concretas, a população deixa clara a sua esperança de que se consolide um estilo diferente de tratar as questões públicas, demonstrando saber que a luta por melhor educação se insere numa luta social maior.

"Uma resposta efetiva a esta explicitação de vontade social - sabemos que esta resposta virá - conferirá ao Dia 'D' seu significado definitivo num estilo de trabalho, transcendendo, em muito, a grandiosidade de sua dimensão factual. Sua significação se completa na mobilização freqüente da sociedade e no seu comprometimento político na deflagração de um processo novo, democrático e participativo, de gerência e condução da coisa pública. Que o Dia 'D' seja um acontecimento simbólico, gerando conseqüências a curto, a médio e a longo prazos, sinalizando uma nova postura na gerência da educação." (Piauí.)

"Espera-se que as propostas nacionais oriundas do Dia 'D' sejam realmente discutidas a nível de Ministério da Educação, pois chamar à participação e tudo continuar na mesma é mais uma enganação. Participação se concretiza na ação." (Goiás.)

"Fomos chamados a refletir o fazer pedagógico e assim o fizemos. Contudo, esperamos que cada reivindicação, cada expectativa também seja refletida por aqueles que detêm o poder de decisão e sejam levadas a sério como nós levamos este Dia 'D'." (Amazonas.)

"Ficou patente no debate que a democratização da escola não se concretizará apenas com o atendimento das reivindicações ora expostas. É necessário que a comunidade escolar esteja em permanente mobilização na luta conjunta de todos os trabalhadores da cidade e do campo, voltada para o mesmo fim." (Goiás.)



Compromisso como desafio

"Salários miseráveis, precariedade de prédios, ausência de material didático e equipamento, comunidade desarticulada da escola, alunos e professores famintos, currículos inadequados, escassez de verbas, pandemônio burocrático, ausência de órgãos de classe fortes, além de excessiva interferência político-partidária nas atividades educacionais, são alguns dos pontos mais destacados nas análises iniciais dos documentos que, com certeza, nortearão as futuras decisões no planejamento de um novo modelo educacional."

(Pernambuco.)

A mobilização do Dia Nacional de Debate sobre Educação, em todos o País, surpreendeu a todos e superou as expectativas do próprio Ministério da Educação. Em cada escola, pais, alunos, professores e técnicos desenvolveram uma atividade extremamente educativa: o exercício do debate, através da análise da realidade, a constatação de desacertos e a discussão de alternativas de solução.

À pergunta implícita na proposta do Dia de Debate - "*Existe uma consciência nacional da importância da educação?*" - a população brasileira deu uma resposta uníssona e decidida. Essa consciência latente se manifestou como vontade política nos relatórios e depoimentos recebidos pelo Ministério da Educação e sintetizados neste Documento.

Essa ampla manifestação popular não pode ficar sem o respaldo de um compromisso claramente assumido pelo Ministério da Educação. Muito embora os temas abordados neste Documento digam respeito a diferentes níveis de competência - federal, estadual e municipal - e exijam decisões que só podem ser tomadas por outros organismos da administração federal, o Ministério da Educação não declina de seu papel de articulador da política nacional de educação, responsabilizando-se pela continuidade do processo iniciado com o Dia Nacional de Debate, respeitadas as respectivas esferas de competência.

Nesse sentido, a Nova República deve estar comprometida com a implementação de uma política educacional que enfeixe as seguintes linhas enfatizadas nas contribuições recebidas:

- Redefinir as prioridades na distribuição de recursos públicos, destinando mais verbas às áreas sociais, em especial à educação.
- Dar prioridade para o ensino de 1.º e 2.º Graus, na destinação dos recursos públicos para a educação.
- Assumir as responsabilidades de cada esfera do Governo para a expansão e melhoria do ensino de 1.º e 2.º Graus, definindo claramente as competências da União, dos estados e dos municípios.
- Distribuir os recursos públicos para a educação a cada nível administrativo (estados e municípios) de acordo com as responsabilidades assumidas.

- Reorientar a utilização de recursos, criando canais que permitam a participação da população tanto na definição de prioridades como na fiscalização da aplicação desses recursos.
- Aumentar a oferta de cursos supletivos gratuitos de 1º e 2º Graus, bem como cursos noturnos de ensino regular.
- Ampliar a rede de escolas na zona rural e redefinir seus objetivos e condições de funcionamento.
- Implantar uma política de atendimento ao aluno deficiente.
- Desenvolver um plano de ação com medidas concretas para valorizar o magistério, incluindo melhoria salarial, estruturação da carreira, realização de concursos públicos para provimento de cargos, expansão e reformulação dos cursos de habilitação para o magistério, Pedagogia e licenciaturas.
- Unificar os currículos de 1º Grau das redes públicas e particulares, visando à construção de uma escola básica unitária, sem desrespeitar as diversidades regionais.
- Envolver e integrar as áreas competentes de saúde, trabalho, previdência social, transportes e justiça para atender às necessidades sociais da clientela da escola pública, de modo a possibilitar a essa escola cumprir com eficiência sua tarefa específica.
- Democratizar as instâncias de administração da educação, eliminando sua excessiva burocratização e a interferência clientelística.
- Reestruturar os organismos de administração, a fim de descentralizar e democratizar o poder de decisão.
- Articular de modo mais eficiente os níveis federal, estadual e municipal, de modo a garantir maior agilidade e coerência na implantação de uma política nacional de educação.

Reflexo do intenso momento de mobilização social que estamos vivendo são as reivindicações relativas ao tratamento da questão educacional pela Assembléia Nacional Constituinte. Mais do que esgotar as possibilidades que a elaboração de uma nova Carta delineia para a educação brasileira, os principais aspectos focalizados nos depoimentos e relatórios reafirmam a infati-

gável esperança que a sociedade civil deposita nos rumos da Nova República:

- promover um amplo debate entre os educadores sobre a Constituinte;
- convocar educadores para elaborar propostas concretas para a Constituinte;
- assegurar a efetiva representação de setores ligados à defesa da escola pública na Constituinte;
- garantir que os trabalhos da Constituinte sejam acompanhados e divulgados pelos meios de comunicação de massa;
- organizar comissões locais e municipais que discutam o tema e apresentem sugestões aos seus representantes na Assembleia Nacional Constituinte.

As constatações foram feitas. A consciência em relação aos problemas da educação brasileira ganhou nova dimensão. A sociedade como um todo mobilizou-se. Agora, é tempo de agir.

Agora é um novo tempo: construir a Nova República na educação.



FUNDAÇÃO CENAFOR
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E
DIVULGAÇÃO-CORDI

Coordenadora
Cléa Nudelman

EDIÇÃO

Antonio Eduardo Vieira de Almeida
Maria Cecília Loschiavo dos Santos
Zélia Maria Mendes Monteiro

EDIÇÃO GRÁFICA

Julia M. Rossi

MONTAGEM

Jurema Reis

FOTOLITOS João

Rodrigues

COMPOSIÇÃO

Takano Ltda.

IMPRESSÃO

Gráfica CENAFOR



foto: bisconcini gama

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)